

Ato da esquerda é convocado por frentes para 23 de março; confira a entrevista com diretora da CUT

Bernardo Cotrim

28/02/2024

O anúncio da preparação de um **ato público dos movimentos sociais e partidos de esquerda**, a ser realizado ainda em março, causou polêmica.



Há dúvidas sobre a pertinência da iniciativa, dada a proximidade com o ato convocado por Bolsonaro, que reuniu cerca de 200 mil pessoas na Avenida Paulista. Também houve críticas à pauta — inicialmente anunciada como “ato pela prisão de Bolsonaro”, o que foi entendido por segmentos da sociedade como uma tentativa de **interferir no devido processo legal** — e outras indagações surgiram imediatamente nas redes.

Para responder estas e outras questões, o ICL Notícias entrevistou Rosalina Amorim, diretora de mobilização e relação com os movimentos sociais da [CUT Nacional](#) e representante da central na reunião das frentes [Brasil Popular](#) e [Povo Sem Medo](#). Confira, a seguir, as respostas da dirigente.

ICL Notícias — O que levou as frentes a convocarem um ato para o próximo dia 23 de março?

Rosalina Amorim — Essa mobilização é fruto de um debate amplo com o campo progressista. Historicamente, as ruas têm sido o nosso espaço de memória e luta. Este ano marca os 60 anos de um golpe que marcou de forma terrível a história do nosso país, matando e torturando companheiros e companheiras que lutaram pela democracia. Esse golpe deve ser lembrado para que nunca mais volte a acontecer.

Ao longo desses 60 anos, vivenciamos ataques violentos a esse bem incrível chamado democracia. Nosso campo foi aquele que morreu defendendo-a. Não poderíamos deixar de recordar esses 60 anos, e para aqueles que, de forma violenta, desejaram destruir nossa democracia e hoje pedem anistia, a resposta é “sem anistia”.

Além disso, há temas como a questão da Palestina que devem, sim, ser encampados nas ruas. No mundo todo, há manifestações contra o genocídio que ocorre na Palestina e aqui não está sendo diferente.

Não existe o receio de uma comparação com o ato do último domingo, convocado por Bolsonaro, fazendo com que a agenda das frentes seja compreendida como uma manifestação de fraqueza?

Estamos tranquilos quanto a isso; nossa proposta é diferente e nossa intenção é outra. Não temos a intenção de centralizar um único ato; nossa proposta é um dia nacional de mobilização para dialogar com a sociedade sobre temas importantes que devem ser reforçados e ampliados.

Alguns setores se anteciparam à convocação das frentes e anunciaram um ato no dia 24 de março com a pauta “prisão do Bolsonaro”, o que acabou não entrando na pauta oficial. Como os movimentos encaram essa questão?

Dentro dos espaços das frentes, construímos em torno de pautas que são consensuais e que nos unificam. As organizações individualmente produzem suas formulações, e não temos a intenção de impedir a formulação de um movimento ou outro. Que bom que é assim! Seria péssimo se todos pensassem igual.

Mas para o espaço coletivo, priorizamos o que nos une, e neste momento, os temas da unidade são: ‘Em memória dos 60 anos do golpe’, ‘Em defesa da democracia’, ‘Sem anistia para golpistas’ e ‘Contra o genocídio na Palestina’.

Quanto ao dia 24, foi de fato uma proposta inicial, mas reavaliamos e coletivamente entendemos que o dia 23 seria uma melhor data.

A pauta anunciada é bem ampla e contempla a defesa da democracia, a denúncia do genocídio na Palestina e os 60 anos do golpe militar. Não entraram na pauta, no entanto, reivindicações mais concretas dos movimentos, como a reversão das privatizações realizadas no governo Bolsonaro, a reforma agrária ou a revogação da reforma trabalhista. Por quê?

Temos uma pauta enorme dentro das organizações, mas para este ato, que será construído na unidade do campo popular, decidimos focar nos temas que estão em destaque neste final do mês de março. Lembrando que estaremos juntos nas ruas no dia 8 de março, em conjunto com as mulheres de todo o Brasil, nesta data de luta internacional; no dia 14 de março, que marca os 6 anos do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco; em abril, mês de tantas lutas, organizado pelos movimentos do campo; e no dia 1º de maio, no dia dos trabalhadores, que certamente trará o tema do trabalho à baila. Nosso calendário de lutas é extenso, e as reivindicações permeiam essa agenda.

Qual a expectativa dos movimentos para o dia 23 de março?

Será um dia de mobilização nacional, onde vamos construir atos importantes. Nossa intenção é concentrar em São Paulo e Salvador, mas isso não significa esvaziar outros espaços. O mês de março é um período de muito movimento, e vamos ter bastante trabalho, mas estamos animados, com muita energia e disposição para fazer essa agenda acontecer.

Via [ICL Notícias](#)